

04 AGO 2015

» INVESTIGAÇÃO

GAZETA DO POVO

# Liminar do TJ paralisa ação penal da Operação Voldemort

Investigação, que apura supostas irregularidades na escolha de oficina para conserto de carros do governo na região de Londrina, culminou na prisão de parente distante de Richa

LONDRINA

Fábio Silveira, do JI.

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) concedeu uma liminar suspendendo a ação penal da Operação Voldemort, que investiga a escolha de oficina mecânica para conserto de carros do governo do Paraná na região de Londrina.

A reportagem apurou que a decisão foi concedida a favor da secretária estadual de Administração e Previdência, Dinorah Nogara, sob o argumento de que ela já era investigada e que o juiz da 3.ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, não poderia julgá-la.

Como secretária de Estado, Dinorah Nogara tem como foro o Tribunal de Justiça — não pode ser investigada por promotores

ou ser ré em processos conduzidos por juízes de primeiro grau.

Dinorah não foi denunciada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) na Operação Voldemort. O Gaeco de Londrina apenas enviou trechos das investigações que tinham relação com ela para que a Procuradoria-Geral de Justiça fizesse os encaminhamentos do caso envolvendo a secretária.

## Fraude em licitação

A Operação Voldemort investiga a denúncia de fraude em uma licitação realizada pelo Departamento de Transportes (Deto), órgão da Secretaria de Administração e Previdência (Seap), para a contratação emergencial de uma empresa para fazer a manutenção da frota do governo do estado na região.

De acordo com o Gaeco, o verdadeiro dono da oficina Providence, a vencedora a licitação, seria o empresário Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PSDB).

A reportagem não teve acesso ao teor da decisão. Todo o processo que tramita na 3.ª Vara Criminal está paralisado pela decisão.

## Buscas

O Gaeco cumpriu no dia 5 de maio um mandado de busca e apreensão na sede da Secretaria Estadual da Administração, no Centro Cívico, em Curitiba. O mandado foi concedido pela Justiça de 1.º grau de Londrina.

O coordenador do Gaeco em Curitiba, procurador Leonir Batistti, informou que a ideia era recolher documentos referentes à escolha de oficinas mecânicas.

04 AGO 2015

# GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

## **Oito Voto**

### **Suspensão 1**

O Órgão Especial do TJ concedeu liminar ontem suspendendo a ação penal aberta em Londrina sobre fraude na licitação de oficinas mecânicas que faziam a manutenção da frota oficial do estado. Foi esse caso que trouxe à luz do dia a atuação até então subterrânea do primo Luiz Abi, acusado de, como dono verdadeiro de oficinas, ter exercido influência para dirigir a licitação em seu próprio benefício.

### **Suspensão 2**

A suspensão da ação penal invalidou também a busca e apreensão que o Gaeco fez no gabinete da secretária da Administração, Dinorah Nogara. Segundo a decisão do Órgão Especial, a secretária não poderia ser investigada pelo Gaeco de Londrina. Nem mesmo o juiz da Vara Criminal de Londrina poderia desmembrar o processo para Curitiba sem o prévio conhecimento do Tribunal de Justiça – única instância com poder para autorizar investigações que envolvam secretários de Estado e quando (ou se) encontrar elementos concretos que justifiquem a apuração.

04 AGO 2015

# GAZETA DO POVO

## MP investiga 21 prefeituras por suspeita de propina na saúde

CASCAVEL

Luiz Carlos da Cruz,  
correspondente

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) investiga 21 prefeituras da região Oeste do estado por suspeita de pagamento de propina para agentes públicos por empresas fornecedoras de medicamentos. As investigações são desdobramentos da Operação Panaceia, desencadeada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que identificou um esquema de corrupção na prefeitura de Ibema.

O prefeito Antônio Rabel (DEM) chegou a ser preso no dia 13 de julho, mas foi posto em liberdade no dia 23 pelo Tribunal de Justiça. Ele segue afastado de suas funções.

Além do prefeito, foram presos dois secretários municipais, uma servidora e três empresários do ramo farmacêutico. Eles são suspeitos de venderem medicamentos vencidos à prefeitura e pagar propina aos agentes públicos.

### Mandados

O MP informou nesta segunda-feira (3) que poderá solicitar novos mandados judiciais para serem cumpridos em prefeituras da região Oeste que teriam participado de esquemas semelhantes. “Depende do andamento dos inquéritos”, declarou o órgão. Parte das investigações é sigilosa.

### Investigação

Segundo o MP, vários inquéritos policiais foram instaurados, um para cada município supostamente envolvido.

“Portanto, a fase é de investigação, dentro dos inquéritos, sem prazo definido para término. O andamento do inquérito para cada município depende de condições específicas”, informou o Gaeco.

### MANDADOS

O MP informou nesta segunda-feira (3) que poderá solicitar novos mandados judiciais para serem cumpridos em prefeituras da região Oeste que teriam participado de esquemas semelhantes.

04 AGO 2015

## GAZETA DO POVO

### **José Dirceu de volta à prisão**

A prisão do ex-chefe da Casa Civil ajuda a restabelecer o eixo da narrativa do petrolão, contra a versão de que a Petrobras e seus diretores eram meras vítimas de empreiteiros inescrupulosos

**J**osé Dirceu está de volta à prisão. Depois de ter sido condenado pelo Supremo Tribunal Federal como um dos mentores do mensalão, o ex-ministro-chefe da Casa Civil e homem forte do governo Lula foi um dos alvos da Pixuleco — o nome escolhido para a 17.ª fase da Operação Lava Jato é referência ao apelido carinhoso que o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto usava para se referir à propina, segundo depoimento do empreiteiro Ricardo Pessoa, da UTC. Além de Dirceu, ainda foram presas mais sete pessoas, incluindo um irmão e um assessor do ex-ministro. As prisões em si e os argumentos para que elas fossem realizadas ajudam a impedir um desvio perigoso que vinha sendo construído na narrativa do petrolão.

Com representantes das maiores empreiteiras do país na cadeia, e especialmente após as prisões dos presidentes de Andrade Gutierrez e Odebrecht, em junho, durante a 14.ª fase da Lava Jato, defensores do governo trataram de fortalecer a versão de que a roubalheira na Petrobras só ocorreu porque grandes empreiteiras se uniram em um cartel para pressionar a estatal a entregar suas grandes obras àquele grupo selecionado de empresas. Nesta narrativa, a Petrobras, seus diretores e os demais políticos envolvidos são vítimas de empreiteiros inescrupulosos. Já era uma história inverossímil, dada a desigualdade gritante na relação entre Estado (e uma estatal que estava, até pouco tempo atrás, entre as maiores empresas do mundo) e iniciativa privada em um país como o Brasil, marcado pelas altas doses de intervencionismo governamental. A força-tarefa da Lava Jato, ao expor os motivos que embasariam a prisão de José Dirceu, dá razão a quem não comprava essa narrativa.

“Chegamos a um dos líderes principais, que instituiu o esquema”, afirmou o procurador da República Carlos Fernando dos Santos Lima. Pela argumentação do MP, como homem próximo de Lula, Dirceu tinha influência em diversas nomeações dentro da Petrobras. Duas das pessoas que Dirceu teria colocado em posição importante na estatal eram justamente os ex-diretores Renato Duque e Paulo Roberto Costa, peças centrais do escândalo de cobrança de propina para a assinatura de contratos entre a Petrobras e as empreiteiras. O modelo do mensalão, dizem os procuradores, foi replicado no petrolão.

O que temos, portanto, é um esquema sem vítimas, ao contrário do que gostaria fazer crer o “núcleo político” do petrolão, para tomar emprestada uma expressão consagrada no julgamento do mensalão — quer dizer, vítimas houve: a própria Petrobras, sua credibilidade, seus funcionários, seus acionistas (especialmente os minoritários), em suma, toda a sociedade. Mas aqueles que estiverem realmente envolvidos no esquema para pilhar a empresa, dentro e fora dela, esses se beneficiaram da roubalheira, em maior ou menor grau, seja em proveito próprio ou em proveito dos projetos de poder a que pertenciam. Não queremos, com isso, dizer que não houve cartel — as investigações vêm mostrando justamente o contrário; mas o cartel jamais pode ser usado como a única explicação para o escândalo.

Além de restabelecer o eixo na narrativa do petrolão, não se pode deixar de ressaltar, aqui, a repercussão da prisão entre lideranças do PT. O líder do partido na Câmara, Sibá Machado, afirmou que a Polícia Federal cometeu “abuso de poder”; Gleide Andrade, vice-presidente da legenda, falou em “grande injustiça” e recorreu ao vitimismo segundo o qual só petistas vão presos: “quero ver prisão de gente do PSDB, do DEM”, pediu. Uma ala do PT, chamada Movimento Resistência e Luta, prometeu uma vigília diante do STF na noite de segunda-feira. As acusações de arbitrariedade não se sustentam. As investigações encontraram quase R\$ 40 milhões recebidos pela empresa de consultoria de Dirceu sem que houvesse real prestação de serviços. Dirceu estaria recebendo dinheiro de propina até mesmo enquanto respondia no Supremo pelo mensalão e depois de condenado, quando cumpria prisão domiciliar. Mesmo assim, líderes petistas ressuscitam a estratégia de desacreditar as instituições, em uma atitude que já causou muito dano ao Brasil.

04 AGO 2015

# GAZETA DO POVO

## José Dirceu é preso sob acusação de ser o mentor da corrupção na Petrobras

Ex-ministro, que cumpre prisão domiciliar pelo mensalão, é acusado de ter concebido o esquema da Lava Jato e de ter se beneficiado dele

*Kelli Kadanus, com agências*

O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu foi preso nesta segunda-feira (03), em Brasília, pela Polícia Federal (PF) na deflagração da 17.ª fase da Operação Lava Jato. Ele é acusado de ser beneficiário, mentor e mandante da corrupção na Petrobras. O esquema, segundo a força-tarefa da Lava Jato, teria iniciado quando Dirceu ainda era ministro do governo Lula (2003-2010).

“José Dirceu, como beneficiário [do esquema de corrupção], é uma parte apenas da pintura que nós queremos mostrar nesta operação”, disse o procurador do Ministério Público Federal (MPF) Carlos Lima. “Nós queremos mostrar José Dirceu e Fernando Moura [lobista também preso nesta segunda-feira] como os agentes responsáveis pela instituição do esquema Petrobras ainda no tempo em que José Dirceu era ministro da Casa

Civil [no governo Lula]. Nós temos indicativos de que isso vem desde aquela época, passou pelo mensalão, passou pelas investigações do mensalão, passou pelo julgamento do mensalão, passou pela condenação, passou pelo período em que ele [Dirceu] ficou na prisão, sempre com pagamentos para José Dirceu”, completou o procurador.

Dirceu foi condenado no julgamento do mensalão, passou quase um ano preso na Penitenciária da Papuda, em Brasília, e atualmente cumpria prisão domiciliar.

“Não descarto que haja outros envolvidos, outros cabeças na história, mas eu creio que nós chegamos a um dos líderes principais que instituiu o esquema Petrobras”, disse o procurador Lima.

De acordo com os investigadores, ainda não é possível afirmar o valor recebido em propina pelo ex-ministro da Casa Civil. Apenas a JD Consultoria — empresa de fachada utilizada por Dirceu para o recebimento de vantagem indevida, segundo a força-tarefa da Lava Jato — recebeu R\$ 39 milhões de empresas que mantinham contratos com a Petrobras (veja alguns exemplos de repasses no infográfico). Além desse valor, os investigadores afirmam que houve pagamentos em dinheiro em espécie realizados periodicamente para os investigados.

De acordo com o despacho de prisão expedido pelo juiz federal Sergio Moro, somente a empresa Hope, que fornece mão de obra técnica terceirizada à Petrobras, teria pago cerca de R\$ 500 mil mensais, “sendo esses valores entregues a Milton Pascowitch [operador e delator do esquema]”. Desses valores, R\$ 180 mil ficariam com o operador Fernando Moura, ligado a Dirceu, e o restante seria dividido entre o ex-diretor da Petrobras Renato Duque (40%), ao próprio Dirceu (30%) e Pascowitch (30%).

Para garantir um possível ressarcimento dos cofres públicos, o juiz Sergio Moro, responsável pela Lava Jato, determinou o bloqueio de R\$ 160 milhões das contas bancárias de Dirceu, da JD, e das contas de seu irmão, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, e de outras cinco pessoas ligadas ao ex-ministro. Cada um dos oito investigados teve bloqueados valores de até R\$ 20 milhões cada.

Além do pagamento de propina através da empresa JD Consultoria, Pascowitch, responsável pelo pagamento de propina pela empresa Engenix, afirmou que parte do dinheiro foi pago através de reformas e pagamento de táxi aéreo para Dirceu.

**CONTINUA**

04 AGO 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

Pascowitch entregou aos investigadores comprovantes de uma doação de R\$ 1,3 milhão à arquiteta Daniela Fachini que seria referente à reforma da casa utilizada por Dirceu em Vinhedo (SP). A Jamp Engenheiros Associados, segundo o delator, também pagou pela reforma de um apartamento em São Paulo cujo proprietário é o irmão de Dirceu, que também foi preso nesta segunda. Os pagamentos somaram R\$ 1 milhão. Outro favor pago pelo lobista, segundo a investigação, foi a compra de um apartamento por R\$ 500 mil para Camila Ramos de Oliveira e Silva, filha do ex-ministro.

Parte dos pagamentos ocorreu também com a quitação de faturas de viagens aéreas de José Dirceu.

## PARA DEFESA, PRISÃO É INJUSTA

O criminalista Roberto Podval, que defende José Dirceu, considera "desnecessária" e "injusta" a prisão preventiva do ex-ministro. O advogado anunciou que vai recorrer do decreto de prisão. Segundo Podval, os requisitos legais para tal medida não estão presentes no caso. "Não há risco de fuga porque Zé Dirceu cumpre prisão domiciliar em Brasília, ele não está atrapalhando as investigações, não está destruindo provas." O advogado ainda negou irregularidades no dinheiro recebido pela empresa de Dirceu. Podval disse também que o ex-ministro tornou-se "bode expiatório" da Lava Jato.

## DECRETO DE PRISÃO

### Para Moro, ex-ministro demonstrou 'desprezo' pela lei e pelo STF

O juiz Sergio Moro afirmou no despacho em que decretou a prisão preventiva de José Dirceu que o ex-ministro estava envolvido no esquema criminoso que vitimou a Petrobras enquanto já respondia pelo mensalão e que "persistiu" recebendo vantagem indevida durante toda a tramitação da ação penal do mensalão. Para o juiz, a atitude caracteriza "acentuada conduta de desprezo não só à lei e à coisa pública, mas igualmente à Justiça criminal e a Suprema Corte".

### Outros presos

Além de Dirceu, também foram presos preventivamente nesta segunda-feira (03) o lobista Fernando Moura e o gerente da Petrobras Celso Araripe. Foram presos temporariamente – por 5 dias – o irmão do ex-ministro, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva; o ex-assessor de Dirceu Roberto Marques; o dono da empresa de informática Consist, Pablo Kipersmit; Olavo Moura Filho e Julio Cesar dos Santos. Outras sete pessoas tiveram mandados de condução coercitiva – quando é necessário ir até a delegacia prestar esclarecimentos. "Embora as prisões cautelares decretadas no âmbito da Operação Lava Jato recebam pontualmente críticas, o fato é que, se a corrupção é sistêmica e profunda, impõe-se a prisão preventiva para debelá-la, sob pena de agravamento progressivo do quadro criminoso", justificou Moro.

CONTINUA

04 AGO 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### PROPINA

Veja quais são os pagamentos apontados pelo investigadores como vantagem indevida para José Dirceu e Fernando Moura

Origem	Destino	Período	Valor em R\$ milhares
Camargo Correa	JD Consultoria	2010	845
Egesa Engenharia	JD Consultoria	09/03/2009 a 15/06/2012	253
Engevix	JD Consultoria	12/01/2009 a 09/03/2011	901
Galvão Engenharia	JD Consultoria	27/07/2009 a 25/08/2010	704
Jamp Engenheiros	Reforma de apartamento SP	Não informado	1.000
	JD Consultoria	20/04/2011 a 27/12/2011	1.006
	JD Consultoria	20/04/2011 a 27/12/2011	1.006
José Adolfo Pascowitch (irmão de Milton)	Thiago Moura	2009	115
	Livia Moura <sup>1</sup>	2009	232
	Leonardo Moura	2009	242
	Anita Moura	2009	600
	Anita Moura	2010	127
	Thiago Moura	2010	130
	Olavo Moura	2010	292
	Livia Moura <sup>1</sup>	2010	439
Leonardo Moura	2010	478	
Milton Pascowitch	Reforma de imóvel de Dirceu	Não informado	1.300
	Compra de imóvel <sup>2</sup>	Não informado	500
Monte Cristalina	JD Consultoria	02/01/2009 a 03/02/2014	1.380
OAS	JD Consultoria	09/01/2009 a 05/12/2013	2.058
SEM S/A	JD Consultoria	15/09/2009 a 20/08/2014	8.447
UTC	JD Consultoria	29/02/2012 a 22/10/2014	2.831

<sup>1</sup> filha de Fernando Moura <sup>2</sup> para filha de Dirceu

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

### **Dirceu vai ser transferido para Curitiba nesta terça**

O ex-ministro José Dirceu iria passar a noite desta segunda-feira (3) na Superintendência da Polícia Federal (PF) em Brasília, apesar da decisão do ministro Luis Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou a transferência para Curitiba. O deslocamento será realizado nesta terça-feira (4), mas ainda não há um horário previsto.

De acordo com o delegado da PF responsável pela prisão de Dirceu, Luciano Flores de Lima, apesar da decisão do STF, de autorizar a transferência do ex-ministro, não havia mais condições logísticas para o deslocamento na noite da segunda-feira.

#### **Mal-estar**

O delegado disse que Dirceu chegou na PF se queixando de mal-estar. Foi então solicitada a presença de um médico da confiança do ex-ministro, que constatou pressão alta. Medicado, o ex-ministro ficou bem.

Lima informou também que Dirceu se alimentou como os demais presos, com a diferença de que sua comida estava sem sal, devido ao diagnóstico de pressão arterial alta. Ele relatou ainda que o ex-ministro se manteve calmo o tempo todo. "Ele já estava esperando [a prisão] e disse que todos os dias havia jornalistas na frente da casa dele", disse o delegado da PF.

Segundo Lima, não foi preciso realizar o exame de corpo de delito, porque o médico que examinou Dirceu emitiu um atestado que substituiu o exame.

O ex-ministro recebeu a visita de sua companheira, Simone Patricia Tristão Pereira, que levou roupas, inclusive de cama.

O ex-ministro foi levado para a Superintendência por volta das 8h desta segunda depois de ter sido preso por ordem do juiz Sergio Moro, que conduz a Operação Lava Jato na 1.ª instância. O irmão do ex-ministro, Luiz Eduardo, também foi preso nesta fase da Lava Jato, batizada de 'Pixuleco'. A defesa de Dirceu classificou a prisão como "desnecessária" e disse que vai recorrer.



04 AGO 2015

# GAZETA DO POVO

## COLUNA DO LEITOR

### **Sérgio Moro**

Em relação ao artigo "Rui Barbosa tinha razão?" (**Gazeta**, 31/7), que questiona a falta de aval das instituições paranaenses à atuação do juiz Sérgio Moro, lembro que no dia 29 de julho, o G7 – grupo que reúne as sete principais entidades representativas do setor produtivo paranaense – entregou ao magistrado um ofício em que manifesta irrestrito apoio ao trabalho realizado por ele na condução da Operação Lava Jato. No documento, as entidades destacam o caráter pedagógico das ações promovidas pela operação e ressaltam a importância de os processos ligados ao caso continuarem vinculados ao juiz, no âmbito da Justiça Federal do Paraná.

**Edson Campagnolo**, coordenador do G7 e presidente da Fiep

04 AGO 2015

# FOLHA DE LONDRINA

# FOLHA

# Cidadania

Folha de Londrina, terça-feira, 4 de agosto de 2015

## Juiz único para Publicano e Voldemort divide opiniões

Saulo Ohara/10-06-2015

A designação do juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nannucio, para atuar exclusivamente nas ações penais da **Operação Publicano 1 e 2** e da **Operação Voldemort** divide membros do Ministério Público do Paraná (MP), da subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Londrina e advogados dos réus implicados no caso. Os defensores ameaçam recorrer da decisão tomada pelo presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos.

A nomeação de um juiz exclusivo era uma cobrança de entidades do município e do movimento "Vai Gaeco", fundamentado nas redes sociais, que elaboraram a Carta de Londrina, onde cobram celeridade nos julgamentos para evitar a prescrição, conforme ocorreu em ações do caso AMA/Comub, escândalo da administração



do ex-prefeito Antonio Belinati (1997-2000).

Advogados ouvidos pela FOLHA consideram que a exclusividade fere o princípio da "manutenção do juiz natural", embora o titular da 3ª Vara seja naturalmente o juiz responsável pelas decisões referentes às duas operações.

Para o MP, a designação de um juiz único para os casos não corre risco de ser revertida. "Não há minimamente qualquer restrição de caráter legal a ser apontada contra a medida do TJ", defende o procurador de Justiça e coordenador estadual do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Leonir Batisti. O presidente da OAB-Subseção Londrina,

Artur Piancastelli, considerou "acertada" a decisão pois o elevado e "incomum" número de réus, testemunhas e de advogados não pode ser sinônimo de prescrição no andamento de um processo.

Investigações que apuram sonegação de impostos e pagamento de propina na Receita Estadual

A Justiça deve decidir se houve fraude na contratação de oficina mecânica em Cambé pelo governo do Estado

**FOLHA Política**

04 AGO 2015

## STF autoriza ida de petista para Curitiba

Beatriz Bulla  
Agência Estado

**Brasília** - O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou ontem a transferência do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, preso ontem de manhã na Operação Lava Jato, de Brasília para Curitiba. O juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal Criminal em Curitiba, responsável pela Lava Jato, solicitou ao STF a transferência. "Como as investigações e processos tramitam em Curitiba, seria importante, contudo, a sua remoção para a carceragem da Polícia Federal em Curitiba", escreveu o juiz. Barroso disse entender "que a concentração dos atos de

## FOLHA DE LONDRINA

apuração criminal no foro do Juízo que supervisiona o inquérito é perfeitamente justificável, na medida em que é lá que se encontram em curso as investigações envolvendo as condutas imputadas ao sentenciado".

Até o fechamento desta edição, ainda não há confirmação da Polícia Federal sobre quando Dirceu deveria ser transferido. Existia a possibilidade de que ele passasse a noite, no presídio da Papuda, em Brasília, e só hoje seria levado a Curitiba. A defesa de Dirceu tentou evitar a transferência do ex-ministro, alegando que é "totalmente des-

necessário" levá-lo para o Paraná. O criminalista Roberto Podval, que defende o ex-ministro, afirmou que Dirceu se dispôs a prestar esclarecimentos a Moro sobre suposto envolvimento na Lava Jato e que, na ocasião, um delegado de polícia disse que não era necessário o deslocamento.

## INFORME

### 'Crime no atacado'

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse ontem que, na Operação Lava Jato, o crime é cometido no "atacado" e sugeriu que no mensalão os atos eram "no varejo". "Quando eu tomei posse em 2006 no Tribunal Superior Eleitoral eu fiz um discurso que foi considerado muito ácido. Mas foi um discurso leve. Eu falei que (o mensalão) era o maior escândalo da República. Hoje nós temos aí esse que envolve o crime no atacado, não mais no varejo", disse o ministro ao comentar a deflagração da 17ª fase da Lava Jato.

## OPINIÃO DO LEITOR

### José Dirceu: danos morais

Reincidente, zombando de todos os brasileiros (lembra quando ele pediu doações, através da mídia, para pagamento de sua pena de multa alegando não ter condições?), continuava agindo, segundo a Polícia Federal, criminalmente durante e depois das investigações do mensalão e agora na Lava Jato. Com certeza, agiu em muitas outras operações da PF que irão surgir. É só esperar para ver. Assim, penso, que ao ser julgado por mais esses crimes, o Ministério Público deveria também pedir, além da pena constante do Código Penal, e os ressarcimentos na esfera cível, também a condenação dele por danos morais que todos os brasileiros sofreram pela atuação vergonhosa desse cidadão enquanto nosso representante.

JOSÉ ROBERTO BRUNASSI (advogado) - Londrina

04 AGO 2015

# FOLHA DE LONDRINA

REGINALDO DANIEL DA SILVEIRA

## Caso Lava Jato: a psicologia da corrupção

Para o renomado The Fiscal Times (TFT), de Nova York, as cinco maiores corrupções mundiais desviaram de empresas americanas e europeias, 3,1 bilhões de dólares (2011). Os desvios Petrobras/Banestado (2015) totalizaram 24,1 bilhões de dólares. A corrupção no Bank of America e Citigroup supera estes valores, mas é inevitável indagar: brasileiro é corrupto? O corrupto como dizem alguns psiquiatras é um doente mental. “O da poltrona”, logo grita: “Ei! Há quanto tempo somos uma legião de demente?”

Do posto de gasolina à rede de lavanderias, o caso Lava Jato atingiu mais de uma centena de pessoas, mas é improvável que envie políticos, presidentes e executivos de empreiteiras para o hospital psiquiátrico. Na terra brasílica não há apenas antissociais, bordelines e narcisistas. É injusto para quem tem transtorno mental a comparação. Eles, afinal, têm menos chance de decidir sobre suas vidas.

Crimes menores ou maiores são cometidos sem caráter psicopático. Ivan Chip Frederik, soldado americano, torturou e humilhou encarcerados de uma prisão iraquiana e o diagnóstico psiquiátrico mostrou “tendências saudáveis”. Adolf Otto Eichman, envolvido no extermínio de milhões de pessoas no Holocausto, foi atestado como “normal” por seis psiquiatras (veja o artigo “Quem somos, o monstro ou o médico”).

Para Freud, somos egoístas e agressivos e precisamos ser contidos pelo bem de todos. Para Carl Rogers, a bondade real é capaz de nos fazer íntegros. Numa visão atual, não somos plenamente bons ou maus. Somos aprendizes cérebro-ambiente. Agarramos crenças que apoiam nossas preferências e justificam hipóteses, verdadeiras ou não. Contamos contos a nós mes-

mos para poder viver, diz a escritora americana Joan Didion.

A plasticidade cerebral, remodela o cérebro em eventos vividos e explica comportamentos e inclinações para ações. No Brasil Colônia, a cobiça do colonizador ardiloso fazia o nativo caçar aves, cortar e carregar pau-brasil. O índio logo se adaptou ao jogo e passou a colorir a plumagem das aves em troca de apitos, espelhos e chocalhos. A fraude só era descoberta quando as aves trocavam de penas na Europa.

O corrupto (bandido) não se reduz exclusivamente ao transtorno mental. O justiceiro (juiz) não configura provento mental. Hoje o juiz Sérgio Moro é protagonista. Ao vestir a toga igual Clark Kent, ele se transforma. Surge o arquétipo do restaurador mor da moral. Ele não é perfeito. Todo mundo tem o seu pé de pavão. Joaquim Barbosa elevou o tom para defender altos reajustes à classe judiciária e o “não é corrupto quem é rico”, deformou a imagem do menino pobre que se fez juiz. Na Lava Jato são os milionários e não os pobres que corrompem ou se dei-

“

*O corrupto  
(bandido)  
não se reduz  
exclusivamente  
ao transtorno  
mental*

xam corromper.

Moro, de hierarquia menor e amplitude maior, é visto entre o discreto e reservado, o seco e autoritário. Tecnicamente, é o que se espera do magistrado. A ousadia, necessária ao país, também carrega a temeridade do juízo desmesurado. A deixa é oportuna para nos deciframos melhor o dito popular de Thomas Hobbes: homo homini lupus (o homem é lobo do próprio homem).

REGINALDO DANIEL DA SILVEIRA é psicólogo, mestre, doutor e coordenador de pós-graduação em Psicologia Jurídica do Centro Universitário Autônomo do Brasil (Unibrasil)

**04 AGO 2015**

## **FOLHA DE LONDRINA**

### **AGENDA**

#### **Valor do Direito**

Londrina - O curso de Direito da Unopar promove nesta quinta-feira (6) uma palestra com o procurador de Justiça Claudio Esteves, que também é professor na universidade. Ele vai falar sobre "O Valor do Direito para uma Comunidade - o papel do Ministério Público na defesa da democracia e combate à corrupção". Esteves atuou como promotor em Londrina e coordenou a Promotoria de Investigação Criminal (PIC), atualmente conhecida como Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Em 2001, recebeu o prêmio "Integrity Awards 2001", concedido pela organização Transparency International, pelo trabalho de combate à corrupção. Atualmente é procurador de Justiça e professor de Direito Penal na Unopar e na Fundação Escola do Ministério Público, além de responder como 1º Vice-presidente da Associação Paranaense do Ministério Público. A palestra é aberta ao público e acontece a partir das 19h30 no Auditório da Unidade Catuaí.

04 AGO 2015

## FOLHA DE S. PAULO

# Dirceu, de novo

**Encarceramento do ex-ministro da Casa Civil era esperado, mas ainda assim provocou súbitas mudanças no panorama político**

Não se pode dizer que a prisão de José Dirceu tenha sido uma surpresa. O próprio ex-ministro já a dava como certa — e desde o início de julho buscava impedi-la por meio de habeas corpus preventivos, afinal rejeitados pela Justiça. Nem por isso o novo encarceramento do petista deixou de provocar mudanças súbitas no panorama político.

A primeira e mais óbvia implicação dessa 17ª fase da Operação Lava Jato diz respeito ao PT. Com horário reservado na quinta-feira (6) para propaganda em rede nacional de rádio e televisão, a direção partidária planejava reduzir os danos já infligidos à conspurcada legenda. Se a missão era difícil, agora se tornou impossível.

Dirceu, como se sabe, nunca foi um Zé Ninguém na agremiação. Mesmo tendo sido preso em decorrência do mensalão e cumprindo o restante da pena em regime domiciliar, jamais perdeu ascendência sobre correligionários. No ano passado, 3.972 pessoas lhe doaram quase R\$ 1 milhão para que pagasse multa imposta pela Justiça.

Embora tenha divulgado nota negando participação em “qualquer esquema de corrupção”, pareceria ridículo se o PT, a esta altura, pretendesse se dissociar de Dirceu — um ícone do petismo.

De um lado, há o ultraje. Para os investigadores, o ex-ministro da Ca-

sa Civil no primeiro governo Lula foi um dos responsáveis por criar o sistema de desvios na Petrobras.

De outro, há a desfaçatez. Segundo o juiz federal Sergio Moro, existem boas razões para crer que o petista recebeu propina antes, durante e até depois do julgamento do mensalão, quando já se encontrava atrás das grades.

Sua nova prisão, determinada por Sergio Moro em caráter preventivo, tem a finalidade de “interromper o ciclo delitivo”, dentro de um contexto de “criminalidade desenvolvida de forma habitual, profissional e sofisticada”.

Mais uma vez, portanto, desloca-se o foco do escândalo para o PT, resultando em alívio momentâneo para o PMDB. O principal sócio do governo Dilma Rousseff (PT) via-se pressionado, nas últimas semanas, pelas suspeitas que incidem sobre alguns de seus líderes.

Pesava especialmente a expectativa de que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, viesse a denunciar em breve o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Um lobista disse que, em 2011, pagou US\$ 5 milhões ao hoje presidente da Câmara no intuito de garantir um contrato com a Petrobras.

Nada impede, naturalmente, que a acusação seja formalizada pela PGR nos próximos dias. Com José Dirceu preso, Eduardo Cunha não poderá insistir na esdrúxula tese de que as investigações têm sido conduzidas com propósitos políticos.

Melhor assim. Quando se trata de combater a corrupção no país, a Justiça precisa ser implacável com todos os partidos. Sem exceção.

04 AGO 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## Preso de novo, José Dirceu é acusado de liderar esquema

Procurador diz que ex-ministro petista é responsável por desvios na Petrobras

**Cumprindo pena pelo mensalão em regime de prisão domiciliar, Dirceu pode ser levado para cela em Curitiba**

DE CURITIBA  
DE SÃO PAULO

Preso pela Polícia Federal em nova fase da Operação Lava Jato, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu foi apontado nesta segunda-feira (3) pelo Ministério Público Federal como um dos responsáveis pela criação do esquema de corrupção na Petrobras.

“Chegamos a um dos líderes principais, que instituiu o esquema, permitiu que ele existisse e se beneficiou dele”, disse o procurador da República Carlos Fernando dos Santos Lima, um dos responsáveis pelas investigações.

Homem forte do início do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Dirceu foi preso em Brasília, onde cumpria pena em regime domiciliar por seu envolvimento com o esquema do mensalão. Condenado a 7 anos e 11 meses de prisão em 2012, ele passou quase um ano na cadeia antes da mudança de regime.

Ele deve ser transferido nesta terça (4) para Curitiba, onde se concentram as ações do caso. A operação desta segunda foi batizada pela PF de Pixuleco, termo usado pelo ex-tesoureiro petista João Vaccari Neto para falar de propina.

Os procuradores da Lava Jato apontam Dirceu como responsável pela indicação do ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque, que foi responsável pela negociação de contratos de obras da Petrobras de 2003 a 2012 e é acusado de cobrar propina dos fornecedores da estatal.

O procurador Lima afirmou que o esquema de corrupção na Petrobras reproduziu características do mensalão, porque parte do dinheiro abasteceu políticos do PT e de outros partidos governistas. “O DNA é o mesmo: compra de apoio partidário”, disse.

Para ele, o esquema foi “sistematizado” no governo Lula. Questionado se o ex-presidente também seria investigado, Lima disse que “nenhuma pessoa no regime republicano está isenta de ser investigada”.

### AMEAÇA À ORDEM

O juiz Sergio Moro, que conduz as ações da Lava Jato no Paraná e mandou prender Dirceu em caráter preventivo, jus-

tificou a medida argumentando que ele representava uma ameaça à ordem pública.

Segundo os procuradores, Dirceu recebeu propina de fornecedores da Petrobras, e alguns pagamentos foram feitos depois de sua condenação pelo Supremo Tribunal Federal e quando ele estava preso. Moro considerou isso sinal de desrespeito à Justiça.

Além do ex-ministro, também foi detido preventivamente nesta segunda o lobista Fernando Moura, acusado de ter cobrado propina de empresas em nome do petista.

Outras seis pessoas foram presas, incluindo o irmão de Dirceu, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, que trabalhava com ele em sua firma de consultoria e o assessor Roberto Marques, que acompanha o petista desde a década de 80.

As acusações apresentadas contra Dirceu são sustentadas principalmente por depoimentos do lobista Milton Pascowitch, que ajudou a aproximar a empreiteira Engevix do PT e da Petrobras e fez acordo para colaborar com as investigações em junho.

**CONTINUA**

04 AGO 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Pascowitch disse que repassou R\$ 3,8 milhões em propina a Dirceu, incluindo pagamentos à sua consultoria, reformas no apartamento de seu irmão em São Paulo e numa casa em Vinhedo (SP), onde Dirceu morava antes de começar a cumprir pena pelo mensalão, e a compra de um imóvel de uma das suas filhas.

A consultoria de Dirceu, aberta depois que ele deixou o governo em meio à crise do mensalão, faturou R\$ 39 milhões até fechar as portas, neste ano. Empresas investigadas pela Lava Jato pagaram R\$ 9,5 milhões ao ex-ministro.

Para os procuradores e o juiz Moro, esses pagamentos são repasses de propina, porque não há prova de que os

serviços de consultoria descritos nos contratos de Dirceu tenham sido de fato prestados.

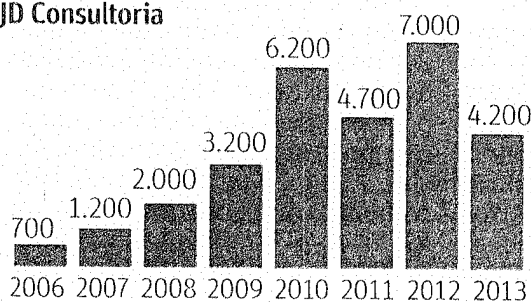
Pascowitch apontou também pagamentos de propina que teriam sido feitos por três empresas que prestam serviços para a Petrobras, Hope, Personal Service e Consist. Segundo ele, a Hope pagava R\$ 500 mil por mês, incluindo comissões a Dirceu, Duque e Fernando Moura. (ESTELITA HASS CARAZZAI E GRACILIANO ROCHA)

## REPASSES À CONSULTORIA

Empresa de ex-ministro recebeu valores de empresas investigadas na Lava Jato

### Faturamento da JD Consultoria

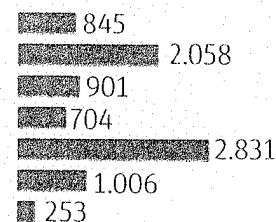
Em R\$ mil



Camargo Corrêa  
OAS  
Engevix  
Galvão Engenharia  
UTC  
Jamp\*  
Egesa Engenharia

### Repasses à JD

Em R\$ mil



\*empresa do lobista Milton Pascowitch

Eleição de Dilma Rouseff

Condenação no julgamento do mensalão

Prisão

2014 - Deflagração da Operação Lava Jato

CONTINUA



04 AGO 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### O QUE HÁ CONTRA ELE

Após cumprir pena pelo mensalão, Dirceu volta à prisão por suspeita

de envolvimento nos desvios da Petrobras

### OUTROS PRESOS NESTA SEGUNDA (3)

Divulgação/TV Brasil



1

**Luiz Eduardo de Oliveira e Silva,** irmão e sócio Segundo o Ministério Público, passou a receber propina pelo ex-ministro após a prisão dele no mensalão

2

**Roberto Marques,** ex-assessor de Dirceu

3

**Fernando Moura,** lobista

4

**José Dirceu** Ex-ministro de Lula, foi preso acusado de conceber e liderar o esquema de corrupção na Petrobras. Havia deixado a cadeia em nov.2014, após cumprir quase um ano no regime semiaberto pelo mensalão

### O QUE DIZ A DEFESA

Os repasses à sua empresa de consultoria correspondem a pagamentos por serviços efetivamente prestados

### O QUE OS DELADORES DISSERAM



**Milton Pascowitch,** lobista Afirmou que fez repasses à consultoria de Dirceu e que pagou despesas dele



**Julio Camargo,** ex-executivo da Toyo Setal Disse que entregou R\$ 4 milhões ao ex-ministro em dinheiro vivo a pedido do ex-diretor da Petrobras Renato Duque



**Ricardo Pessoa,** dono da UTC Propina a Dirceu, segundo ele, foi descontada da cota do PT. Repasses continuaram mesmo após a prisão do ex-ministro



**Alberto Youssef,** doleiro Associou Dirceu ao recebimento, pelo PT, de recursos pagos por empreiteiras envolvidas no escândalo, mas não citou valores

CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

## Para juiz, petista cometeu 'atentado à ordem pública'

Procurador afirma que prisão domiciliar não inibiu a atuação do ex-ministro

Para justificar a detenção de José Dirceu, que estava em prisão domiciliar desde novembro, o Ministério Público Federal argumentou que o ex-ministro desrespeitou a Justiça e cometeu um "atentado à ordem pública" ao continuar recebendo propina da Petrobras mesmo após condenado no mensalão.

Para o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima, há provas de que o petista era beneficiado pelo esquema de corrupção na estatal mesmo após condenado e preso —o que justificaria a nova detenção. "A prisão não inibiu sua atuação. Não temos por que crer que ele agisse de modo diferente em prisão domiciliar", disse Lima. "Foi um desrespeito às instituições."

Durante o período em que Dirceu esteve preso, segundo o Ministério Público Federal, era o irmão do ex-ministro, Luiz Eduardo Oliveira e Silva, também preso, quem recebia os valores em seu nome. Ele era sócio de Dirceu na JD Consultoria. Enquanto Dirceu estava preso, Luiz Eduardo chegou a fazer visitas a fornecedores da Petrobras pedindo contribuições à empresa, disse o procurador.

Na decisão que determinou a prisão preventiva do ex-ministro, o juiz federal Sergio Moro disse que as provas até aqui apontam que Dirceu agiu com "desprezo à lei".

Para o magistrado, os indícios de que o petista recebeu propina após a condenação no mensalão "reforçam os indícios de habitualidade na prática do crime".

04 AGO 2015

CONTINUA

# Prisão de petista é política, diz advogado

**Defensor afirma que juiz reage a pressão popular e que Dirceu se tornou 'bode expiatório' da Operação Lava Jato**

AGUIRRE TALENTO  
DE BRASÍLIA

O advogado do ex-ministro José Dirceu, Roberto Podval, afirmou nesta segunda-feira (3) que os pagamentos recebidos pelo petista referem-se a serviços prestados e que a prisão não tinha "justificativa jurídica", classificando-a de "política".

Para ele, Dirceu se tornou um "bode expiatório" da Operação Lava Jato e o juiz Sérgio Moro reagiu "a uma pressão popular" ao decretar a prisão.

"Obviamente não vou culpar Sérgio Moro, não acho que ele está aqui fazendo política, mas acho que ele, como qualquer ser humano, reage à pressão popular. (...) A justificativa me parece é uma prisão popular, e aí me refiro à política", disse Podval.

"Serve mais para dar uma lição, serve mais por uma questão política, pra dar um exemplo".

Segundo o advogado, a prisão de Dirceu já era esperada "há meses", de acordo com boatos que corriam nos bastidores da investigação. "Eu confesso que já não sei o que é pior. Se é ser preso ou ficar em uma expectativa de uma prisão. É tão ruim, faz tão mal. Talvez o momento da prisão seja o fim de uma angústia enorme", afirmou Podval.

Sobre os pagamentos a Dirceu, incluindo a compra de uma casa para sua filha, a reforma de uma casa e a meta-

de de um avião, Podval informou que todas as justificativas foram dadas nos pedidos de habeas corpus que haviam sido impetrados pela defesa.

"Nós justificamos todos os pagamentos. Dirceu tinha contrato com inúmeras empresas, tinha recebíveis das empresas, prestou serviço às empresas e muitos dos empresários que falaram afirmaram isso", defendeu.

Em relação aos pagamentos feitos a Dirceu enquanto ele estava preso por conta da condenação do mensalão, Podval disse que eram recursos pendentes a receber dos serviços prestados durante sua liberdade. "É óbvio que ele não prestou serviços enquanto preso estava, mas não quer dizer que ele não tenha o que receber posteriormente".

Sobre a suspeita de que não houve relatórios sobre as consultorias, o advogado afirmou que esse tipo de trabalho não produz relatórios.

"Temos comprovadamente inúmeras viagens de Dirceu ao exterior acompanhado de executivos de várias empresas para tentar abrir as portas ao exterior das empresas nacionais", disse.

Para Podval, "não há dúvida" que as consultorias ocorreram.

O advogado até admitiu que os indícios existentes poderiam justificar um processo contra Dirceu, mas não uma prisão preventiva. "Que isso justifique uma prisão antecipada? No meu ver equivocada", afirmou.

O advogado do gerente da Petrobras Celso Araripe D'Oliveira, Antonio Carlos Ribeiro Fonseca, não foi localizado nesta segunda. A Hope in-

formou que continuará colaborando com as autoridades. A assessoria da Personal Service não se manifestou.

A Folha não conseguiu contato com a defesa do irmão de Dirceu, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, nem com a do ex-assessor do petista Roberto Marques.

# FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

04 AGO 2015

## BOCA FECHADA

O ex-ministro José Dirceu rechaçava, antes de ser preso, qualquer possibilidade de se tornar delator na Operação Lava Jato.

### **PERNAS PARA O AR**

“Delação não tem pé nem cabeça. Primeiro porque não tenho o que delatar. Segundo porque não tem nada a ver com minha vida e trajetória”, afirmou ele em mensagem enviada à coluna, diante da interpretação de que poderia, se preso, colaborar com a Justiça.

### **MALAS PRONTAS**

E Dirceu planejava sair do Brasil antes de ser apanhado na Lava Jato. Depois de cumprir a pena do mensalão, e calculando que seria beneficiado, em 2016, pelo indulto presidencial concedido todos os anos a presos que cumprem determinados requisitos, ele programava trabalhar em outro país.

### **PÁTRIA AMIGA**

O destino preferencial de Dirceu era Portugal.

### **PORTA FECHADA**

O ex-ministro dizia que sairia do Brasil porque sua vida profissional tinha se tornado “inviável” no país.

### **PAIS E FILHOS**

Filhos e amigos do petista planejavam se reunir em Brasília, no domingo, para festejar com Dirceu o Dia dos Pais. Ele tinha pedido autorização à Justiça para viajar a São Paulo, o que foi negado.

### **NA ESTRADA**

Entre dirigentes do PT, a intenção de manter distância de Dirceu já era evidente. Desde que se descobriu que a empresa do ex-ministro faturou R\$ 39 milhões em oito anos, “não se ouviram mais nos encontros do partido os gritos de ‘Dirceu, guerreiro do povo brasileiro’”, disse à **Folha** um dirigente do partido dias antes da prisão.

04 AGO 2015

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Paraná pode economizar R\$ 75 mi com Audiência de Custódia

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, acredita que o estado do Paraná poderá economizar R\$ 75 milhões por ano com a implantação do projeto Audiência de Custódia. Ele participou na última sexta-feira, 31 de julho, em Curitiba, da assinatura dos termos que marcam a adesão do estado do Paraná ao projeto do CNJ.

A projeção leva em conta informações do governo do estado, segundo as quais 25 mil pessoas foram presas no estado, de janeiro a julho deste ano. Na avaliação do ministro, por esta projeção o estado deverá ter cerca de 50 mil pessoas presas até o fim de 2015, ao custo estimado de R\$ 3 mil por mês com cada preso. ●

# STF autoriza transferência de Dirceu para Curitiba

Ex-ministro deve chegar à Polícia Federal nesta terça



O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, autorizou ontem (3) a transferência do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu para a cadeia da Polícia Federal em Curitiba. Preso pela manhã por suposto envolvimento no esquema de corrupção da Petrobras, o petista foi levado inicialmente para a Superintendência da PF em Brasília.

A transferência foi pedida nesta segunda pelo juiz federal Sérgio Moro, que conduz os processos da Operação Lava Jato na primeira instância.

Em despacho proferido à noite, Barroso deferiu o pedido, "para o fim de colocar o sentenciado José Dirceu de Oliveira e Silva à disposição do Juízo da 13ª Vara Federal, Subseção Judiciária de Curitiba/PR", que concentra os processos da Lava Jato na primeira instância. ●

## Moro diz que Eduardo Cunha não está sendo investigado

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelas ações penais da Operação Lava Jato, informou hoje (3) ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), não é investigado pela Justiça Federal em Curitiba.

Moro enviou as informações ao STF após solicitação do ministro Ricardo Lewandowski, presidente da Corte. O pedido foi motivado por uma ação da defesa de Cunha, que pretende suspender a ação penal em que ele foi citado por Júlio Camargo, um dos delatores do esquema de corrupção. ●

03 AGO 2015

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Richa confirma o apoio do PR pelo TRF em Curitiba

*A criação de quatro novos tribunais, com sedes em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Manaus, foi aprovada pelo Congresso Nacional*

O governador Beto Richa recebeu, na sexta-feira, no Palácio Iguazu, os presidentes da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Antônio César Bochenek, e da Associação Paranaense dos Juizes Federais (Apajufe), Anderson Furlan, acompanhados de juizes federais que atuam no Paraná. Eles pediram ao governador que interceda junto ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, que cumpre agenda em Curitiba nesta sexta-feira, para a implantação de uma sede do Tribunal Regional Federal na capital paranaense.

“Sabemos da importância, para o Paraná, da instalação de uma sede do Tribunal Regional Federal e estamos juntos nesta batalha, desde o início”, afirmou Beto Richa. “Seria uma grande conquista para o Estado. “Gostaria de reafirmar o apoio do Governo do Estado para auxiliar, no que for possível, para que esta demanda seja atendida”, declarou.

A criação de quatro novos tribunais, com sedes em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador

e Manaus, foi aprovada pelo Congresso Nacional, por meio da Emenda Constitucional 73/2013. A emenda, porém, foi suspensa em 2013 por uma liminar do então presidente Joaquim Barbosa, após uma Ação Declaratória de Inconstitucionalidade ter sido ajuizada no STF. O pedido das associações de juizes federais é que a liminar seja novamente apreciada pelo Supremo para que a implantação do TRF em Curitiba seja efetivada.

O presidente da Ajufe, Antônio César Bochenek, disse que a questão precisa ser resolvida no Supremo, para confirmar ou não a constitucionalidade da emenda. “Enfim, para resolver essa situação que está pendente de julgamento do STF”, explicou ele. “Acreditamos que os argumentos jurídicos são frágeis. Além disso, por questões políticas, econômicas e geográficas, esses estados comportam a instalação de novos tribunais”, ressaltou. “Nós precisamos conversar e argumentar com o ministro para que este julgamento ocorra o mais breve possível, pois há dois anos aguardamos pela conclusão dessa demanda”, afirmou Bochenek.

O presidente da Apajufe, Anderson Furlan, disse que, além do Paraná, também Santa Catarina e Mato Grosso do Sul seriam beneficiados com a descentralização dos tribunais federais. “São muitos benefícios. A população carente poderá acompanhar mais de perto suas causas, os advogados poderão fazer sustentações no TRF de Curitiba, sem a necessidade de ir até Porto Alegre para acompanhar os processos”, explicou.

“Nós pedimos ao governador que fale com o ministro Lewandowski da importância de que a Ação Declaratória de Inconstitucionalidade seja novamente levada a julgamento. Assim que a ação seja indeferida, o tribunal do Paraná pode finalmente ser criado”, destacou Furlan.

A vice-governadora Cida Borghetti, o deputado federal Sérgio Souza e o presidente do Movimento Pró-Paraná, Marcos Domakoski, também acompanharam a reunião.

03 AGO 2015

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Lewandowski e Fachin são condecorados com a Ordem Estadual do Pinheiro

O governador Beto Richa condecorou com a Ordem Estadual do Pinheiro, a mais alta honraria do Estado, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Enrique Ricardo Lewandowski, e o ministro Luiz Edson Fachin. A cerimônia de outorga foi na sexta-feira, no Palácio Iguaçú, em Curitiba, com a presença de autoridades, convidados, amigos e familiares dos agraciados. Lewandowski e Fachin receberam o título no grau Grã-Cruz.

“Essa homenagem é o reconhecimento do Paraná ao importante trabalho que os ministros do Supremo Tribunal Federal desempenham para melhorar a qualidade de vida dos brasileiros e para garantir o fortalecimento da democracia brasileira”, afirmou o governador.

Richa disse que a honraria exprime o reconhecimento do povo paranaense aos cidadãos

brasileiros que se destacam nas mais diversas áreas de atividade e que contribuem para o desenvolvimento social, econômico, científico, jurídico e cultural do País.

“Nestes dias em que o País vive um momento delicado, de imensas dificuldades conjunturais e grandes desafios a serem vencidos, temos que somar forças em busca da preservação do nível de emprego, da atividade econômica e da redução das desigualdades sociais”, disse Richa.

“Apesar das circunstâncias preocupantes, não vivemos uma crise institucional. Ao contrário, é muito importante enfatizar que as instituições brasileiras se mostram sólidas e atuantes. E o Supremo Tribunal Federal, aqui tão bem representado, destaca-se como o maior avalista deste processo que aglutina todas as correntes representativas da opinião pública nacional.”



03 AGO 2015

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Aprovação para cadastro reserva em concurso público não gera direito à nomeação

O cadastro reserva em concursos públicos gera mera expectativa de direito, não dando aos candidatos direito à indenização por danos morais ou materiais em caso de não haver nomeação. Esse foi o entendimento da 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) ao negar recurso de um morador de Santo Ângelo (RS) aprovado em concurso para carteiro da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

O candidato ajuizou ação na Justiça Federal requerendo que a ECT fosse obrigada a nomeá-lo e a pagar-lhe indenização por danos morais e materiais. Ele alegou que a empresa teria realizado concurso público apenas com fins arrecadatórios, tendo em vista que contratou terceirizados enquanto o certame era válido. Além disso, os Correios publicaram novo edital de concurso para preenchimento de 12 vagas assim que expirada a validade deste, no qual o candidato fora aprovado em 7º lugar.

A ECT alegou que não teve necessidade de contratar nenhum carteiro no período de validade do concurso, uma vez que este foi realizado apenas para a formação de cadastro reserva. A empresa argumentou que a contratação de terceirizados ocorreu durante curto espaço de tempo para suprir demanda excepcional.

O pedido do autor foi negado pela 1ª Vara Federal de Santo Ângelo e ele recorreu ao tribunal.

Segundo a relatora do processo, desembargadora federal Vivian Josete Pantaleão Caminha, “a contratação temporária de terceirizados não obriga a nomeação de candidato aprovado em concurso público, uma vez que não revela a urgência no preenchimento das vagas previstas no edital”.

Conforme Vivian, “o cadastro de reserva é mera expectativa de vagas que possam surgir durante o período de sua validade, desde que haja interesse da administração em supri-las”.

03 AGO 2015

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Atribuição de bombeiros voluntários em Santa Catarina é tema de Ação Direta de Inconstitucionalidade

O procurador-geral da República ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5354, com pedido de liminar, contra legislação do Estado de Santa Catarina que prevê a possibilidade de bombeiros voluntários realizarem, por delegação dos municípios, vistorias e fiscalizações, além de lavrar autos de infrações referentes a normas de segurança contra incêndio e pânico.

A ação pede a declaração de inconstitucionalidade do artigo 112 da Constituição de Santa Catarina, que autoriza os municípios a celebrarem convênios com os corpos de bombeiros voluntários, desde que tenham sido constituídos até maio de 2012, para a fiscalização de normas de segurança contra incêndio. A ADI pede também a declaração de inconstitucionalidade do artigo 12, parágrafo 1º, da Lei estadual 16.157/2013, que faculta aos municípios a possibilidade de delegar competência aos bombeiros voluntários para efetuar a fiscalização de prevenção de incêndios

e lavrar autos de infração.

O procurador-geral observa que compete à União legislar sobre aspectos gerais da organização das polícias militares e corpos de bombeiros militares, cabendo aos estados legislar a respeito do regime jurídico dos policiais militares e sobre organização e funcionamento dos órgãos incumbidos, no âmbito estadual, do exercício da segurança pública. Ressaltou, ainda, que a União editou a Lei 10.029/2000, autorizando estados e o Distrito Federal a instituírem “prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas polícias militares e nos corpos de bombeiros militares”.

Segundo narra a petição inicial, a Lei estadual 16.157/2013, em vez de conferir aos bombeiros voluntários o exercício de serviços administrativos ou auxiliares, dá a estes atribuições próprias do corpo de bombeiros militar. Ressalta ainda que a Lei federal 10.029/2000 veda aos prestadores de serviços voluntários o exercício do poder de polícia.

03 AGO 2015

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### TRF4 isenta Incra de responsabilidade por incêndio em assentamento no Paraná

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) decidiu, na última semana, manter sentença de primeira instância que dispensou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de indenizar uma madeireira de Quedas do Iguaçu, no sudoeste do Paraná, atingida por um incêndio no ano de 1999. A empresa alegava que o fogo teria sido provocado por trabalhadores sem terra de um assentamento vizinho, administrado pela autarquia.

A prova pericial atestou que o incêndio foi criminoso e a empresa ingressou com a ação responsabilizando os agricultores e pedindo indenização ao Incra. A autora alegou que avisou o instituto

da intenção dos integrantes do MST de provocar a queimada e nada foi feito.

A Advocacia-Geral da União (AGU) sustentou que o Estado não pode responder por atos que não tenham sido praticados por agentes públicos. Após perder em primeiro grau, a autora recorreu ao tribunal e a 4ª Turma negou o apelo.

Conforme o desembargador federal Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle, relator do processo, a polícia não conseguiu descobrir quem iniciou o fogo e "não há qualquer prova nos autos de que o Incra, que administra assentamento rural vizinho ao imóvel da autora, tenha concorrido de alguma forma para o sinistro".

03 AGO 2015

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Aroldo Murá

# Moro quer penas maiores para a corrupção



Edson Campagnolo, Sergio Moro e José Lúcio Glomb

“Simples, dono de timidez visível”, eis como José Lúcio Glomb, presidente do Instituto dos Advogados do Paraná (IAP), classifica parte do perfil do juiz Sergio Moro, olhar registrado a partir do momento em que o magistrado da Lava Jato chegou ao SESC da Esquina, na quarta-feira, para sua conferência sobre lavagem de dinheiro.

“Ele não se abalou, mas a timidez era evidente diante de 400 pessoas que o aplaudiam fortemente na sua chegada”, completou Glomb para a coluna.

Os aplausos intensos foram de quase 5 minutos.

Glomb, ex-presidente da OAB-PR, está acostumado a participar de eventos como aquele do dia 29, em que predominaram advogados e muitos empresários de diversas áreas. Mas se impressionou com a forte ênfase que o juiz colocou: disse que a Lava Jato é, em muitos aspectos, semelhante a Operação “Mãos Limpas”, dos anos 1980, na Itália, que declarou guerra à Máfia e congêneres. No entanto, ressaltou:

“Aqui no Brasil, se comparada com a “Mãos Limpas”, não aconteceu nada...” - declarou Moro, fazendo paralelo entre as prisões preventivas que a justiça de Itália decretou e as que ele determinou.

Com as “Mãos Limpas” foram 800

prisões preventivas, esclareceu Moro, numa das partes mais preciosas de sua fala de uma hora sobre a lavagem de dinheiro. Tal como previsto, ele não analisou o andamento da Lava Jato.

Na operação que decide, Moro não decretou nem 10% de prisões comparadas com as da Itália. Nada comparada com as decisões italianas.

## 2- TRANSPARÊNCIA

Moro por alguns momentos fez insights em psicologia social. Disse, por exemplo, considerar a corrupção como componente do ethos de boa parte dos seres humanos. Fixou-se, a seguir, nas avaliações internacionais da Transparência Mundial, que colocam o Brasil em 67 lugar em plano mundial, entre os países transparentes. Referiu-se ao Chile e Uruguai, como exemplos nas Américas de boas posições em transparência.

O presidente do IAP, Lucio Glomb fez interferência oportuníssima: lembrou que os países nórdicos são campeões da transparência, alguns com leis que existem desde o século 18.

A ampla fala de Moro ensejou observação do mesmo Glomb, na ocasião, reclamando o porquê da regulamentação da Lei da Transparência, em 2012, ter excluído as empresas públicas, hoje, em parte, grandes focos de corrupção.

## 3- PENAS MAJORES

Moro não joga “soft” quando o tema é corrupção, especialmente a encravada no Estado brasileiro. Deu ênfase a projeto de alteração do processo penal, de que ele é um dos autores com outros juízes ligados à Associação dos Juizes Federais do Brasil.

A prescrição das penas é uma das chaves para a sobrevivência da corrupção, admitiu Moro. Por isso, o projeto dele e seus colegas prevê encurtar os caminhos da procrastinação judicial, a aplicação de penas mais fortes para os corruptos e, também, o começo de execução das penas a partir de decisões de segundo grau.

Muitos personagens da vida empresarial do Estado foram à conferência, como o presidente da FIEP, Edson Campagnolo.

E, em nome do chamado G-Sete - que reúne as mais expressivas entidades empresariais do Estado - foi lida pelo jornalista Carlos Marassi mensagem de apoio a Sergio Moro e à Operação Lava Jato.

O auditório prontopen em palmas, em pé, dando aval ao documento e manifestando apoio à luta do juiz.

Ninguém duvida: foi uma noite rara na história do Direito e da Justiça no Brasil.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FABIO CAMPANA

03 AGO 2015



## "Jogadas midiáticas"

Uma crítica pesada, que exige coragem porque neste momento a opinião pública está completamente seduzida pelos efeitos da Operação Lava Jato e de seu juiz Sérgio Moro, certa de que o país está sendo passado a limpo.

O ministro do STF – Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, diz ver um tipo de vedetismo voluntarista na Lava Jato, conduzida pelo juiz Sérgio Moro, que fere o profissionalismo que deve prevalecer no rito judicial.

“Jogadas midiáticas de marketing não condizem com a sobriedade da atividade judicial”, diz Gilmar Mendes. Segundo ele, há nos agentes do processo na primeira instância laivos de quem pensa estar fazendo uma revolução ou refundando a República.

Sobre a sua decisão de travar o julgamento das doações privadas, afirmou, em entrevista ao Consultor Jurídico, que “não está certo de que a corrupção está associada, necessariamente, ao modelo de financiamento eleitoral.”

Como se vê, Gilmar Mendes está disposto a ir fundo nessa guerra que se abre no Judiciário.

## Deformações

Gilmar Mendes expôs sua preocupação com processos judiciais do gênero “lava jato”, que apresentam duas características centrais: na base, inquéritos turbinados por investigações nem sempre bem feitas, às vezes fantasiosas; enquanto nos tribunais regionais e no Superior Tribunal de Justiça, o temos de enfrentar a opinião pública é maior que a obediência ao modelo legal. Um tipo de covardia que transforma essas cortes em tribunais de passagem, o que deixa toda a responsabilidade para o Supremo Tribunal Federal.